

7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 29 de setembro de 2022

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dab.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

Bolsas
Na quarta-feira

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
111.716 108.451
23/9 26/9 27/9 28/9

Salário mínimo
R\$ 1.212

Na quarta-feira
R\$ 5,350
(-0,5%)

Dólar

Últimos
22/setembro 5,114
23/setembro 5,248
26/setembro 5,381
27/setembro 5,376

Euro
Comercial, venda na quarta-feira

R\$ 5,206

CDI

13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

13,66%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)
Abril/2022 1,06
Maio/2022 0,47
Junho/2022 0,67
Julho/2022 -0,68
Agosto/2022 -0,36



CONJUNTURA

Juro do cartão é o mais alto desde 2017

Taxa do crédito rotativo chega a 398,4% ao ano em agosto. No cheque especial, custo médio cobrado do consumidor sobe para 128,6%. Altas refletem elevação da Selic promovida pelo BC. Número de famílias endividadas é recorde

» JOÃO GABRIEL FREITAS*



Em uma modalidade como o cheque especial, o consumidor está muito mais sujeito a um alto custo. Muitas pessoas em situação complicada usam como último recurso, mas estão comprometendo a renda de forma desrambada"

Robson Gonçalves,
professor de MBA da FGV

A taxa média de juros cobradas nos cartões de crédito chegou a 398,4% ao ano em agosto. É o maior patamar desde agosto de 2017. O custo subiu 3,5 pontos percentuais no último mês e encareceu 62,9 pontos percentuais em 12 meses, segundo dados divulgados ontem pelo Banco Central. Também houve aumento no custo do cheque especial, que passou de 127,4% para 128,6% ao ano, em média.

Cartões de crédito e cheque especial são as duas linhas mais utilizadas pelos consumidores e estão relacionadas aos índices elevados de endividamento da população. O aumento dos juros dessas modalidades ajudou a elevar as taxas médias do crédito à pessoa física em geral, que subiram de 53,4% para 54,9% ao ano. Com isso, a taxa média de todo o sistema financeiro subiu de 40,4% ao ano, em julho, para 40,6% em agosto. Esses dados são do chamado segmento livre, ou seja, recursos que os bancos podem aplicar a seu critério, sem computar as taxas do sistema habitacional, crédito rural e BNDES, que são reguladas.

Segundo Robson Gonçalves, economista e professor de MBA da Fundação Getúlio Vargas a alta nos juros é consequência direta da elevação da taxa básica, a Selic, nos últimos meses, promovida pelo BC para segurar a inflação. "A taxa básica de juros concorre com a linha de crédito dos bancos privados e estipula o patamar dos investimentos no Brasil. Com menos capital de crédito em circulação, os bancos aumentam os juros como estratégia para mitigar riscos. Assim, o aumento generalizado diminui o apetite do setor privado em oferecer linhas de crédito", explicou.

Gonçalves explicou que a escassez de créditos a juros baixos leva a população, sobretudo a que está endividada, a recorrer a linhas de financiamento com maior facilidade de acesso, como cheque especial e cartões. No entanto, o economista alerta que é necessário cuidado com essas modalidades, pois a imprevisibilidade e o custo elevado podem gerar dívidas em série.

"Quando você faz um financiamento de imóvel, por exemplo, você simula o valor das parcelas e tem a clareza de quanto comprometerá da sua renda para pagar. Em uma modalidade como o cheque especial, que não tem isso explícito, o consumidor está muito mais sujeito a um alto custo. Muitas pessoas em situação complicada usam como último recurso, mas estão comprometendo a renda de forma desrambada. Isso acaba sendo uma válvula de escape num gatilho de compra. No entanto, pode causar muito prejuízo no futuro se não for bem planejado", afirma o especialista.

Dívidas e atrasos

De acordo com o relatório do BC, o endividamento das famílias brasileiras com o sistema financeiro fechou julho em 53,1%,

novo recorde da série histórica do Banco Central. Se forem descontadas as dívidas imobiliárias, o endividamento ficou em 33,6%, também recorde na série.

Em relação à inadimplência de crédito, que considera os atrasos superiores a 90 dias, o patamar permaneceu estável em agosto, em 2,8%. Para as pessoas físicas, o índice passou de 5,5% para 5,6% de um mês para o outro. No caso das empresas, se manteve em 1,8%.

Para Eduardo Vilarim, economista do Banco Original, o endividamento está ligado ao aumento das linhas de crédito de consumo, mas não é possível ser assertivo quanto a causa das dívidas. Ele ressalta que é difícil acompanhar a rotina do consumidor e prever o que ele pretende fazer com o dinheiro. Porém, destaca que, "com o varejo dando sinais de forte desaceleração, entendemos que esses recursos estão sendo utilizados para o pagamento de despesas correntes, ou seja, uso emergencial".

Na avaliação de Vilarim, a retomada do mercado em conjunto com políticas públicas de renda devem favorecer o cenário no futuro. "Daqui para a frente, o aumento da massa salarial real atrelada à ampliação do Auxílio Brasil tende a desacelerar o endividamento em 12 meses", disse.

Estoque

Conforme o relatório do BC, o estoque do crédito cresceu 1,6% em agosto, chegando a marca de R\$ 5 trilhões. A alta foi de 2,1% para pessoas físicas e de 0,9% para pessoas jurídicas. Em 12 meses, houve elevação de 16,8%. O relatório mostra, ainda, que o estoque de crédito livre avançou 1,3% em agosto, enquanto o de crédito direcionado apresentou alta de 2,2%. No crédito livre, houve elevação de 1,7% para pessoas físicas e 0,7% para as empresas.

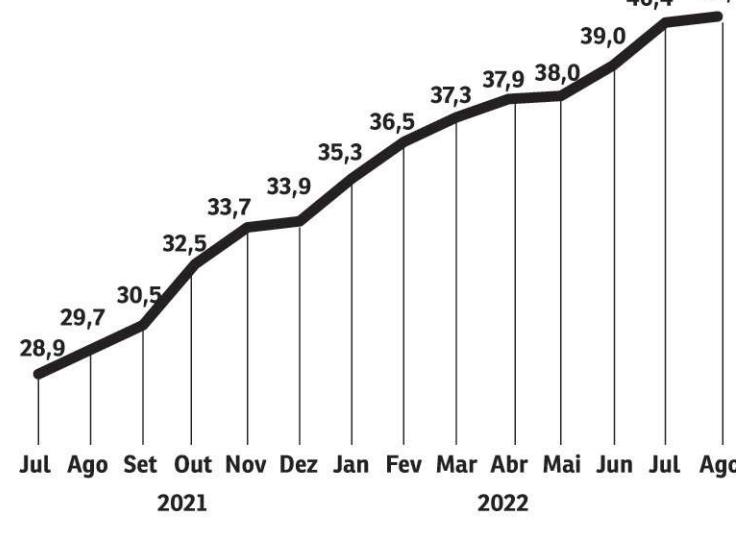
O BC informou ainda que o total de operações de crédito em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) foi de 54% para 54,3% de julho para agosto.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Para cima

Aperto monetário encarece custo dos financiamentos

Taxas de juros do crédito livre no sistema financeiro
(Média, em % ao ano)



LINHAS SELECIONADAS

(Taxa média, % ao ano)

Financiamento a pessoas físicas



Cheque especial



Rotativo do cartão de crédito



Fonte: Banco Central

» Dívida pública recua 0,4%

Em meio à alta da taxa básica de juros, a parcela de títulos da dívida pública atrelados à Selic voltou a subir. Em agosto, esses papéis passaram a representar 39,16% do total da dívida. Em julho, a proporção era de 37,77%. No mês passado, segundo informou a Secretaria do Tesouro Nacional, o estoque da dívida caiu 0,4%, para 5,78 trilhões. A queda foi resultado de resgates líquidos de títulos no valor de R\$ 56,6 bilhões.

Esse movimento ajudou a reduzir o montante da dívida, em contrapartida a um acréscimo de R\$ 33,6 bilhões por conta da incorporação de juros no estoque de papéis. A dívida interna teve retração de 0,42% em agosto e terminou o mês em R\$ 5,5 trilhões. Já a dívida externa cresceu 0,02%, somando R\$ 245,85 bilhões.

As dívidas mais negociadas em agosto, de acordo com



67 milhões inadimplentes

» MICHELLE PORTELA

a Serasa, foram as com empresas de telecomunicações (41%),

seguidas pelas securitizadoras (24%) e bancos (15%). A maior parte dos inadimplentes deve a bancos e cartões de crédito (28,8%), vindo em seguida o pagamento de contas básicas como água, gás e luz (22,1%), e financeiras (13,8%).

De acordo com Aline Maciel, gerente do Serasa Limpa Nome, o órgão promoveu ações para reduzir o número de devedores no país.

"Monitoramos o crescimento da inadimplência desde o início do ano e, por isso, promovemos, em agosto, um mutirão nacional que representou um alívio no cenário graças ao aumento das dívidas negociadas", explicou.

Em agosto, o Serasa Limpa Nome intermediou negociações entre 1,8 milhão de pessoas e 50 empresas, alcançando o pagamento de 2,8 milhões de dívidas. "Como os brasileiros estão com o orçamento mensal apertado, a negociação de dívidas com parcelamento foi uma

solução buscada para aumentar o número de regularização de débitos, o que de fato ocorreu", complementou.

Entre os estados, São Paulo fica no topo do ranking com 16,07 milhões de inadimplentes, seguido do Rio de Janeiro (6,86 milhões) e Minas Gerais (6,47 milhões).

Perfil

Entre aqueles que negociaram as suas dívidas em agosto, as mulheres foram as que mais limparam o nome, correspondendo a 54% do total, frente a 46% dos homens. Em relação à faixa etária, consumidores de 30 a 40 anos lideraram as negociações, com 30%.

Contudo, mulheres também são maioria entre aqueles que seguem endividados: 50,2% dos inadimplentes são do sexo feminino e 49,8% do sexo masculino. Já na avaliação das idades, a faixa etária em destaque é a de entre 26 e 40 anos (35,6%), seguido pela de 41 a 60 anos (34,2%).